

Presidente da Mesa: Ora, pedia, então, que se sentassem. Vamos dar início à nossa Assembleia. Quem não cumprimentei, cumprimento agora: muito boa noite a todos.

Começo já por anunciar as substituições: o Presidente, Moreira da Silva, Presidente da Mesa, foi substituído por Maria Carvalho; a Helena Ramalho, por Carlos Alves, do PSD. Pela parte do PS, Miranda Calha é substituído por Manuel Costa, e Ana Coelho por Fernanda Santos. Está errado? Peço que me corrija. Então, vamos corrigir: Miranda Calha é substituído por Pedro Rodrigues; a Ana Coelho é substituída por Fernanda Santos. Tudo corrigido, estão as substituições feitas. Muito obrigado.

Começava, então, a reunião pelo Ponto n.º 1 da ordem de trabalhos, que é a Intervenção do público. Se alguém do público quiser tomar a palavra, faça favor de indicar o seu nome. Portanto, quando tomasse a palavra, eu pedia que se identificasse ao microfone. De qualquer maneira, o Sr. Vítor, já o conheço. Mais alguém quer tomar a palavra?

Sr. Vítor, tem a palavra.

Vítor Fino (Elemento do público): Antes de tomar a palavra, tenho aqui umas fotografias para o senhor ver, e fazer o favor de passar depois a outras pessoas. Muito obrigado.

Presidente da Mesa: Sr. Vítor, eu só disse o seu primeiro nome...

Vítor Fino (Elemento do público): Vítor Fino.

Presidente da Mesa: Vítor Fino. Tem a palavra, quando quiser começar.

Vítor Fino (Elemento do público): Eu pedia aqui um pouco de tolerância ao Sr. Presidente, porque há uma coisa que eu não tenho a certeza: eu estive na última Assembleia de Freguesia sentado a ouvir as intervenções do Sr. Presidente, e ouvi, a viva voz, os membros eleitos, e cumpre a esta Assembleia de Freguesia fazer, uma discussão sobre as atas, se deviam de ser escritas, se deviam de ser gravadas, e tal. A ideia com que eu fiquei é que, de facto, nós, os fregueses, desaparecíamos da reunião. Mas, eu ainda agora trouxe aqui um papel, de facto, em que consta uma coisa que eu disse, pelo menos. É que eu não sei em que é que fico, não sei se, de facto, constarão as intervenções, nossas, sejam orais, seja feita a ata oral ou a manuscrita. Agora, não sei se, de facto, é assim, ou não.

Depois, queria também falar – porque, é claro, isto não é... penso que se pode esclarecer, isto é breve. De qualquer maneira, eu levanto perguntas, fiz já algumas perguntas, mas há duas que eu precisava de voltar a fazer. Uma era sobre os Amigos do Atletismo, a quem foi cedido as instalações de onde era a Junta de Freguesia de S. Francisco Xavier, em Caselas. O Sr. Presidente da Junta disse que as instalações tinham sido cedidas por decisão da Junta. Bom, por decisão da Junta, já sabíamos; a questão objetiva é que ninguém, nem uma criança hoje, aceita que se lhe diga assim: “Não faças isso.” “Por quê?” “Porque

eu te digo para não fazeres.” Portanto, tem que se explicar por que é que não se deve fazer, à criança. Aqui, deve-se explicar também por que é que se cederam as instalações ao Amigos de Belém, que ninguém conhece. E portanto, quando isto se põe em termos de pessoas que são eleitas democraticamente, então as coisas assumem, no meu ponto de vista, uma gravidade que não será suportável, porque se as pessoas são eleitas democraticamente, são obrigadas a dar explicações detalhadas, porque senão voltamos a outras práticas. Suponho que ninguém quer.

Outra coisa também – e que o Sr. Presidente da Junta também não quis informar; aliás, até foi assim com um bocado de deselegância – eu disse que a sala de informática, onde há aulas de informática, não tinha condições, porque as pessoas veem lá mal, e o Sr. Presidente da Junta disse que aquela sala era muito bonita, e que tinha estado noutras partes do mundo, e que não tinha visto salas como aquela. Ora, isto é responder “alhos” a quem perguntou “bugalhos”. Portanto, isto não é democrático; do meu ponto de vista, isto não é democrático.

Portanto, estas três coisas, gostaria, reportando-me à Assembleia de Freguesia anterior.

Agora, quanto à presente, no dia 1 de abril, eu estive na Assembleia, na Reunião da Câmara, no Comité Olímpico Português. Lá foi falado, foi falado por mim, a questão das ciclovias; há uma parte das ciclovias que pertence aqui à nossa freguesia. O Sr. Presidente respondeu, por eu ter questionado a Câmara acerca das ciclovias, que tinham pintado em frente à estação fluvial, e mais não sei em que sítio, um risco de lado, de amarelo, tal e tal. Isso é muito pouco; de facto, para quem zela pelas ciclovias, fazer ali uma pintura no Largo da Estação Fluvial, acho que até ninguém se deve vangloriar por uma coisa dessas, porque para além de ser insuficiente, torna-se um pouco ridículo.

Depois, também dizia, na Reunião da Câmara, dizia também o Sr. Presidente da Junta que ia falar com a polícia, com a Polícia de Segurança Pública – por exemplo, o Vereador Manuel Salgado acha muita graça (ou achou, na altura), achou muita graça a que as pessoas deixem ali os carros de qualquer maneira na Rua Duarte Pacheco, para irem à Pastelaria “O Careca”; passam ali carreiras de autocarro, a 23, em que não passa um autocarro, e não passa um carro ao mesmo tempo – portanto, o autocarro tem que parar. O autocarro transporta oitenta e cinco pessoas, o carro normalmente transporta uma, e portanto, há aqui um desfasamento que me parece a mim que tem que ser tido em conta, porque as pessoas, o número de pessoas conta, e aqui são ignoradas. O Sr. Presidente da Junta disse, na Reunião da Câmara, que ia falar com a polícia, e tal, para ver se – isto por causa do estacionamento em cima dos passeios, que em Caselas são a montes; se formos lá agora, os carros estão estacionados em cima dos passeios.

E mais do que isso, por exemplo, são estacionados nos jardins. Por exemplo, o Sr. Tesoureiro da Junta estaciona o carro no jardim. Tem direito, paga impostos, mais do que os outros... os vizinhos dele, se chegarem lá, muito mais tarde do que eu, veem-no a estacionar, e pronto, estacionam também. Então, os jardins ao

pé da igreja são parques de estacionamento, com o exemplo dado por um dirigente da autarquia, que é o Sr. Tesoureiro da Junta de Freguesia.

Bom, a questão é que hoje, no Público – não sei se algum dos senhores teve oportunidade de ler – vem um artigo de uma Sra. Jornalista, Inês Boaventura, acerca de uma conferência da Câmara em que participou o Vereador João Afonso, acerca do facto – veio no Público, hoje – acerca do facto daquilo que deve ser a centralidade, se deve estar dedicada aos peões, ou se se deve dedicar aos automóveis, como diz o nosso Presidente da Junta de Freguesia de Belém. O Presidente da Junta de Freguesia de Belém vai fazer, ou já fez, pedidos à polícia para se poder estacionar os carros em cima dos passeios. Portanto, e o Vereador João Afonso – e eu estou de acordo com o Vereador João Afonso – de facto, acha que a centralidade deve ser dada aos peões. Eu também acho, naturalmente. De maneira que há equívocos, de certeza, porque o Sr. Presidente da Junta de Freguesia não está a pensar em fazer uma exposição ao Instituto de Mobilidade, para que os peões passem a andar nas autoestradas, suponho eu. Posso ser surpreendido. Mas, de facto, se nos tirarem os passeios para nós andarmos, quer dizer, o que é que falta? O que é que falta?

Bom, desculpe, já chega. Obrigado.

Presidente da Mesa: Muito obrigado. Ninguém mais quer colocar nenhuma questão?

Assim sendo, dou a palavra, não sei se o Sr. Presidente da Junta quer responder. Só um momento, peço desculpa. Há aqui uma primeira questão, que é sobre as atas, que podemos responder nós, e depois dava a palavra ao Sr. Presidente.

Manuel Machado (2.º Secretário, PSD): Antes de mais, obrigado. Manuel Machado.

Quanto às atas, eu creio que na última, aparecem todos os fregueses, porque, normalmente, está a ser feita uma transcrição, pelo que tudo o que é dito aqui, por norma, tem estado aqui, salvo erro, porque às vezes a gravação é algo complicada de ouvir. Mas, pelo que eu estive a ver aqui, diz o que tem estado a dizer, só o início é que não se conseguia ouvir, porque tinha a ver com o microfone.

Presidente da Mesa: Mas, respondendo diretamente à sua questão, se não foi aí qualquer coisa, devia ter sido... E portanto, vamos tomar atenção, para que haja esse cuidado da nossa parte, no sentido de as intervenções do público também ficarem... constarem da ata, exatamente. Exatamente.

Sr. Presidente, tem a palavra.

Presidente do Executivo: Muito obrigado, Sr. Presidente.

Bem, vou responder aqui ao Sr. Vítor Fino, mas, de facto, é fantástico como tanta coisa, tanta coisa foi dita em tão pouco tempo, e tem tantas imprecisões. É impressionante.

Vamos começar. Ceder as instalações ao CAB: não foi a Junta de Freguesia que cedeu as instalações ao CAB; foi a Assembleia de Freguesia, sobre proposta da Junta de Freguesia. O CAB é uma coletividade que já há vários anos está constituída, não tinha instalações, e nós tínhamos provisoriamente, nos próximos tempos, aquela possibilidade de eles poderem utilizar aquelas instalações, e autorizar o uso das mesmas, que vão servir para outros fins também, nomeadamente para o projeto “Dê p’rá troca”. E de maneira que apoiámos uma coletividade que é composta por muitas dezenas, se não centenas, de amantes do desporto e de atividades saudáveis, nomeadamente o atletismo, a ginástica, e não só, para se poderem reunir. Aliás, estive lá no fim de semana numa atividade que eles estiveram a organizar, e dá muito gozo ver, de facto, a sociedade a poder aproveitar-se destas situações, e sermos úteis para que, realmente, possam praticar desporto, e conviverem de uma maneira sã. E ainda por cima, é uma coletividade que nos tem apoiado em várias iniciativas de voluntariado.

Portanto, a explicação é essa, está previsto na Lei, está tudo perfeitamente registado. Não há aqui ilegalidades; há discricionariedade (que é diferente), há critérios, e o critério foi este: é, portanto, uma coletividade que nos tem apoiado em muitas ações de voluntariado, que desenvolve uma atividade que é de saudar, e por isso mesmo, naturalmente, como a várias outras, vamos apoiando. Se não pudéssemos apoiar, paciência. E não é a única; em breve, também vai ter a instalação ??? é uma associação que está a ter apoios para desenvolver uma atividade também que é ????. E neste caso aqui do CAB, é para o desporto, e tem toda a lógica uma autarquia apoiar uma associação deste género. É normal.

Salão da Assembleia de Freguesia: se quer que lhe diga, não percebi aqui. O Salão da Assembleia de Freguesia continua a ser ali nas instalações de S. Francisco Xavier. Mas, nós, de qualquer forma, achamos que é preferível ter essas instalações, e irmos fazendo aqui as Assembleias de Freguesia – que temos mais condições para isso – e estamos a servir-nos daquela sala para formação – pronto, a sala da Assembleia de Freguesia. Mas, eu nem percebi a sua pergunta, da Assembleia de Freguesia.

Ciclovía: disse uma coisa que não é verdade: não foi a Junta que pintou aquilo de amarelo; foi a Câmara que pintou aquilo de amarelo. Aliás, aquela zona dali... eu vi, eu vi – e disse que não passava lá duas vezes; eu passo lá quatro vezes por semana. E realmente, vi que aquilo que o senhor dizia, que quando passava ??? árvores, de arbustos, que ninguém conseguia passar com a bicicleta, eu vi que isso não é verdade. Eu estive lá a testar isso, e isso não acontece. Os riscos amarelos, da ciclovía: está lá a ciclovía, até foi uma iniciativa da Câmara; com o nosso apoio, mas da Câmara.

Quanto ao estacionamento nos passeios e nos jardins: o senhor não sabe o Código da Estrada. O Código da Estrada prevê nestas situações, quando há... Eu faço-lhe a seguinte pergunta: uma pessoa que mora na Avenida do Restelo, por

exemplo, e que alguém vá lá a casa, onde é que deixa o carro? Na rua não pode deixar, porque não pode estacionar na rua. Portanto, ou vai deixar numa rua muito longe, daquelas que descem para o CCB, ou para outros sítios, ou em cima do passeio. Portanto, nós regularizámos aquilo, dentro do princípio da legalidade, de acordo com o Código da Estrada, e de maneira a que estão autorizados os carros a estacionar em cima do passeio, no âmbito do que está estabelecido no Código da Estrada. Está lá o sinal, com o artigo do Código da Estrada que fala sobre isso. Agora, aqui, concorda ou não concorda, eu percebo.

Na Avenida do Restelo, é um caso concreto em que está autorizado pelo regulamento, na Avenida do Restelo. Noutros sítios, tem havido alguma presença das autoridades, nomeadamente no Bairro do Restelo e no Bairro de Caselas, porque há falta de estacionamento. E hoje em dia, toda a gente tem pelo menos dois carros. Portanto, esta situação, posso-lhe dizer que em alguns sítios, vai ter que ser resolvida agora outra vez, até para evitar que as pessoas façam essas contravenções. Por exemplo, no Bairro do Restelo, posso-lhe dizer que agora estamos a prever pôr sinais para pôr duas rodas em cima do passeio, de um lado e do outro, e pronto, assim já não se põe mais essa questão, de as pessoas estarem em contravenção. Pronto. E fica a situação resolvida, e penso que não havia outras soluções. Mas, estamos abertos a questões – o senhor é um cidadão interessado e participativo (como já reparei), e com certeza que vai apresentar sugestões, e nós vamos ajudar a resolver esses problemas. Nós somos eleitos pelo povo da freguesia, e portanto, fomos eleitos para decidir, em nome do povo.

Muito obrigado.

Se não se importa, eu dou aqui a palavra ao Dr. João Carvalhosa, sobre esta matéria, para complementar.

Presidente da Mesa: Tem a palavra. Relembro é que, da parte do público, portanto, cada interveniente tem três minutos, e a resposta do Sr. Presidente também são três minutos. Eu estou a ser extremamente condescendente. Se houvesse diversas intervenções, somaríamos os minutos. Eu estou a ser extremamente condescendente. Portanto, pedia a colaboração de todos, no sentido de sermos sucintos, e não nos interrompermos uns aos outros, senão não nos entendemos.

Muito obrigado.

João Carvalhosa (Vogal): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu gostaria só de fazer aqui uma nota, porque já é – é a primeira vez que eu ouço; das outras vezes, não ouvi (mas creio que o Sr. Vítor Fino disse) – mas, desta vez, foi a primeira vez que ouvi ao vivo. E eu acho que é preciso só a Assembleia registar que o senhor disse aqui uma coisa que não é verdade, não sei por que é que me atinge a mim, pessoalmente...

Presidente da Mesa: Sr. Vítor, eu não posso aceitar, percebe? Não posso aceitar o seu ar de gozo para com a intervenção do Sr. Tesoureiro. Não posso. Muito obrigado.

João Carvalhosa (Vogal): Quando se diz uma coisa, é preciso dizer-se a verdade. E portanto, vir afirmar, pelo menos pela segunda vez nesta Assembleia de Freguesia, que eu ponho o carro em cima do jardim, é uma falsidade, como o senhor sabe. Se me disser que eu ponho o carro à frente de minha casa, no acesso do passeio, à frente da minha casa, no acesso, é verdade, e qualquer pessoa pode ir lá e ver-me; se disser que eu ponho um milímetro de automóvel em cima do jardim, está a mentir. E como disse isso já duas vezes, aqui nesta Assembleia de Freguesia, eu gostava só que ficasse registado este ponto.

Por fim, se me permite, Sr. Presidente, por causa destas fotografias que o Sr. Vítor fez a generosidade de nos trazer, acho que são muito interessantes; denotam, aliás, um problema grave que nós temos alertado constantemente a Câmara, que tem a ver com o pavimento, o betuminoso das estradas, e que é para nós – nós já temos centenas de fotografias dessas, e que remetemos quase diariamente à Câmara, exatamente para tentar que a Câmara se sensibilize para reparar as estradas na nossa freguesia.

Muito obrigado.

Presidente da Mesa: Muito obrigado.

Passamos, então, ao Ponto n.º 2 da ordem de trabalhos, que é o Período de antes da ordem do dia.

Eu ia já falar sobre as moções, mas se a Isabel quer tomar a palavra, tem a palavra.

Isabel Lourenço (PCP): Isabel Lourenço. Boa tarde a todos, ou boa noite.

Eu recebi um *e-mail* de um freguês – que foi também enviado a outros membros aqui da Assembleia que não estão presentes hoje – que referia uma situação eventualmente irregular. Eu queria saber, e esclarecer, qual é que é o destino que é feito à madeira e à lenha proveniente do corte, abate ou poda dos jardins e das árvores na freguesia, e se essa lenha, essa madeira, se está disponível para ser adquirida pelos fregueses, ou não, e se sim, quais são as normas que isso terá.

Obrigada.

Presidente da Mesa: Da Junta, o Sr. Presidente quer responder? Tem a palavra, Sr. Presidente.

Presidente do Executivo: Muito obrigado.

De facto, procedemos a uma série de desbastes, de podas de árvores. E essas árvores, algumas dessas árvores, desses restos de árvores – aliás, grande parte

delas, até com troncos grossos – foram levados por uma empresa de jardinagem, outras foram cedidas à população, a quem quisesse, e foi anunciado no *Facebook* precisamente isso: quem quisesse aproveitar – aquilo, há sempre custos também, e não havia um local para deixar tanta lenha. E de maneira que até foi ali no Largo da Princesa, uma das vezes que deixámos lá uma série de troncos de árvores, e a população foi lá aproveitar aquilo, e ia buscar os restos, restos de troncos. Portanto, para termos menos custos possíveis com isso, porque, de facto, era muita lenha. E depois, o resto que não estavam a levar, foram os próprios serviços que fizeram o desbaste que levaram, depois. Mas, nós anunciámos no *Facebook*.

Isabel Lourenço (PCP): Isabel Lourenço.

Tendo em conta que nem todos os fregueses têm acesso ao *Facebook*, nem vão diariamente ao *Facebook*, eu sugeria que se pensasse numa norma em relação à lenha e à madeira, para que... ou seja, anunciar nos Boletins, por exemplo, que de tanto em tanto tempo, podem dirigir-se à Junta de Freguesia; e que, de preferência, o destino dessa lenha, sempre que seja possível, seja feito de forma a beneficiar aqueles que mais necessitam.

Obrigada.

Presidente da Mesa: Obrigado nós, Isabel.

Mais alguém quer tomar a palavra neste contexto do período de antes da ordem do dia? Não querendo, eu anunciava a aceitação de cinco moções: três presentes pela CDU – pela Dra. Isabel, da CDU – e duas pelo PSD e CDS. Também têm moções? Venham elas. É uma, não é? Portanto, temos mais uma moção, presente pelo PS. Eu presumo que estas moções tenham sido distribuídas por todos os membros, ou não? Não foram distribuídas? Era só para evitar a respetiva leitura. Se quiserem algum tempo para ler...

Eu, de qualquer maneira, vou passar a ler o título das respetivas moções. Três, presentes pela CDU. A primeira é “Pela suspensão dos despejos das famílias residentes no Pátio da Quintinha, na Freguesia da Ajuda”; segunda moção da CDU, é intitulada “Em defesa dos transportes públicos, mudar de política, combater a privatização da Carris, do Metro, da Transtejo e da Soflusa”; terceira moção, presente pela CDU, e o título é “Lutar por abril, para uma vida melhor”. Duas moções presentes pelo PSD, cujo título da primeira é “Saudação ao 25 de abril”; a segunda, o título é “Saudação ao 1.º de maio”. A presente pelo PS – gostaria de extrair aqui um título, não está titulada. Posso titular de “Saudação ao 25 de abril”. Seguindo esta metodologia, portanto, também é de saudação ao 25 de abril.

Não sei se querem algum tempo para ler estas moções, e logo que me dessem autorização, eu passaria à votação.

Acham que já estamos em condições de pôr as moções à votação? Sim?

Então, começo, em primeiro lugar, pela primeira moção que apresentei, da CDU, cujo título é “Pela suspensão dos despejos das famílias residentes no Pátio da Quintinha, na Freguesia da Ajuda”. Quem vota contra? Quem se abstém? Quem vota a favor? Sete (7) votos contra, do PSD, zero (0) abstenções, seis (6) votos a favor. Portanto, rejeitada por maioria.

Segunda moção, “Em defesa dos transportes públicos, mudar de política, combater a privatização da Carris, do Metro, da Transtejo e da Soflusa”, também presente pela CDU. Quem vota contra? Sete (7) votos contra. Quem se abstém? Ninguém se abstém. Quem vota a favor? Portanto, rejeitada também, com sete (7) votos contra do PSD e CDS, zero (0) abstenções, e seis (6) a favor. Eu repito – posso-me ter distraído, eu repito, para depois não haver dúvidas – repito a votação: portanto, rejeitada com sete (7) votos contra do PSD e CDS... Repito novamente, e definitivamente: sete (7) votos contra do PSD e do CDS, zero (0) abstenções, e seis (6) votos a favor, do PS e CDU.

Terceira moção, “Lutar por abril, por uma vida melhor”, também presente pela CDU. Quem vota contra? Quem se abstém? Portanto, cinco (5), não é? Quem vota a favor? Portanto, sete (7) votos contra, do PSD e CDS, cinco (5) abstenções do PS, e um (1) voto a favor da CDU. Portanto, também rejeitada.

Vamos, então, à quarta moção, presente pelo PSD, “Saudação ao 25 de abril”. Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovada por unanimidade.

Quinta moção, presente pelo PSD, “Saudação ao 1.º de maio”. Quem vota a favor? Portanto, aprovada por unanimidade.

Alguém me tirou a moção presente pelo Partido Socialista. Portanto, sexta moção, presente pelo Partido Socialista, que é “Saudação ao 25 de abril”. Quem vota a favor? Aprovada por unanimidade também. Não? Há uma (1) abstenção. Peço desculpa, não vi. Portanto, quem se abstém? Aprovada com doze (12) votos a favor (um da CDU, cinco do PS, seis do PSD), e uma (1) abstenção, também do PSD.

Portanto, este ponto está terminado.

Passamos ao Ponto n.º 3 da ordem de trabalhos, Apreciação e aprovação das atas das sessões de 30.09.2014 e 30.12.2014.

Eu creio que as atas terão sido remetidas, terão sido feitas as correções que foi possível fazer. Portanto, acho que não chegaram a ser... ou melhor, chegaram a ser aprovadas?

Manuel Machado (2.º Secretário, PSD): Tínhamos só a questão da ata de 30 de setembro, que tinham ficado de ser enviadas até dia 9 de janeiro; senão, o que se fazia nesta reunião, não tendo sido enviadas até dia 9 de janeiro, é que seria aprovada. O documento já tinha sido enviado para todos os elementos desta Assembleia, e foi entretanto enviada também a ata de 30 de dezembro, que tinha de ser aprovada hoje. E têm todos.

Presidente da Mesa: Querem pôr alguma questão sobre esta matéria?

Teresa Almeida (PS): Teresa Almeida, do Partido Socialista.

Não percebi a questão da ata de 30 de setembro.

Manuel Machado (2.º Secretário, PSD): A de 30 de setembro, o que tinha ficado decidido na última reunião – que estava sujeita a dúvidas – é que como havia tantas questões, até dia 9 de janeiro, a Mesa pediu para nos enviarem as alterações. Nós enviámos, não nos foram enviadas alterações nenhuma. Não sendo enviadas alterações, o que tinha ficado decidido pelo Presidente da Mesa, na altura, era isso. Eu creio que até está nesta ata que foi enviada, de 30 de dezembro.

Presidente da Mesa: De qualquer maneira, acho que estão juntamente às que foram corrigidas, e eu penso que não...

Manuel Machado (2.º Secretário, PSD): Eu posso aqui até procurar na última ata, quando isso ficou decidido. Da de 30 de setembro, neste momento só tenho a minha. Mas, todos os membros já tinham esta ata.

Presidente da Mesa: Mas, essa de 30 de setembro já foi aprovada. Não foi aprovada?

Manuel Machado (2.º Secretário, PSD): Foi enviada, tinha ficado de ser aprovada hoje, mas o documento já tinha sido enviado. É o mesmo documento. Portanto, tinha o documento na reunião de 30 de dezembro, não tinha? Era o mesmo documento, se não nos tivesse enviado alterações.

Presidente da Mesa: Desculpem, eu não estou a entender. Está esclarecida? Mas, ponho à votação? Posso? Faça favor, tem a palavra.

Teresa Almeida (PS): Muito obrigado, Sr. Presidente da Mesa, membros do Executivo, colegas de Bancada, público.

E aquilo que queria dizer é que estamos perante o mesmo tipo de situação que nos levou à nossa intervenção na última Assembleia, e que acaba por estar refletida também na ata que nos está a ser proposta agora, relativamente à sessão de 30 de dezembro.

No nosso entender, não estão cumpridas as regras que devem formar uma boa ata, independentemente de terem pedido a colaboração dos membros das Bancadas, enfim, para poderem participar com questões. Nós entendemos que as atas devem refletir o sentido da votação – que não estava refletido na última, na ata de 30 de setembro – e agora, embora na de 30 de dezembro já venha um resumo, muito resumido, do sentido da votação, não é referido que Partidos votaram a favor ou contra; portanto, apenas dizem: "Oito votos a favor, e sete votos contra." Na nossa opinião, tem que estar refletido que houve – como há

pouco, quando se fez a votação das moções, o Sr. Presidente teve o cuidado de dizer: "Sete votos a favor, do PSD e CDS; seis votos contra...", enfim, nomear qual a referência do sentido de voto. E isso continua a ser omissivo, e pensamos que não representa o retrato do que se passa nas reuniões.

E portanto, continuamos a achar que não há condições para fazer a aprovação das atas, que elas devem ser bem valoradas. Há um Regimento, o Regimento é muito claro sobre estas questões, não precisam da nossa participação para fazer o registo como deve ser feito. Continuam a haver pontos de interrogação, questões omissas na intervenção. Portanto, também penso que isso tinha ficado perfeitamente esclarecido, que haveria um esforço, de quem elabora a ata, de não deixar estes espaços em branco, ou com pontos de interrogação. Portanto, apesar de haver uma gravação, faria uma interpretação, de acordo com as notas que vai fazendo, com certeza, nas reuniões, para que as atas não tivessem este tipo de omissões.

E por último, pensamos que uma ata não deve começar "Assembleia de Freguesia, 30.12.2014", mas deve ter um cabeçalho que deve explicar exatamente qual é o âmbito desta ata, quem esteve presente, enfim, haver aqui uma situação inicial que identifique perfeitamente qual o momento a que se refere, e não começar desta forma, quase como se fosse um rascunho.

Portanto, continuamos a achar que não há condições para se poder proceder à aprovação das duas atas.

Presidente da Mesa: Isabel, pediu a palavra? Tem a palavra.

Isabel Lourenço (PCP): Eu acho que esta coisa das atas, nós em todas as Assembleias de Freguesia estamos a falar das atas. Acho que se deve, de facto, refletir o que é que se passa, e se não há maneira nenhuma de isto se conseguir fazer melhor. Parece-me um pouco... não sei, eu já participei em muitos sítios, e nunca houve problemas de atas. Pode haver eventualmente, uma vez ou outra, mas isto tem sido continuamente. Portanto, eu acho que aqui se deve repensar a metodologia, e analisar, de facto, o que está mal, porque se, de facto, não é possível fazer uma transcrição a partir da gravação, temos que optar por outra via.

Presidente da Mesa: Eu tenho a experiência ??? também era um problema, este tipo de documento transcrito, e era, de facto, um problema. Quando, mais tarde, queríamos extratos de atas, muitas vezes não se percebia, havia falhas, de intervenções muito extensas, e sempre também existiu esse problema.

Mas, pedem-me aqui a palavra, acho que há uma explicação.

Manuel Machado (2.º Secretário, PSD): Manuel Machado.

Tendo estado na elaboração, tanto do Regimento, como na questão das atas, já tendo trazido à Assembleia, sendo de outro modo, ou não – já tinha consequência de ter assistido às Assembleias anteriormente, em Santa Maria de Belém – as

atas têm sido, infelizmente, um costume quanto ao problema que tem sido criado cá. Foi-nos proposto continuar com este método da transcrição, porque, realmente, a criar problema, ou não, ao menos a transcrição possibilitaria sempre termos a gravação (que está a ser feita), como também ficarmos com este documento transcrito.

Assumo que fui eu que tenho estado a rever isto, muitas vezes com a gravação, e assumo, sim, que mesmo nesta, de 30 de dezembro, continuam a aparecer pontos de interrogação porque, sinceramente, é praticamente impossível conseguir ouvir isso. No entanto, para facilitar isto, temos anexada a ata em minuta; temos, nas reuniões posteriores, sempre para ficar em gravação, essas questões, ficarem as atas a seguir corrigidas, para quem quer ter um acesso à veracidade do que é aqui dito, poder ter de uma maneira ou de outra, isto para facilitar essa questão.

E continuo a dizer: foi mandado um *e-mail* a pedir, por parte da Mesa, até dia 9 de janeiro, para nos enviarem as alterações; ninguém nos enviou as alterações, mesmo pedindo isso. Mesmo com a questão da ata de hoje, perguntámos, mesmo depois de já ter revisto, alguma coisa que nos digam... Nestas situações, a Mesa já tem isto preparado – obviamente que tentamos fazer aqui o nosso melhor, e tentamos dar a melhor transcrição da gravação – e mesmo assim, também não nos foi enviado, e foi outra vez trazido aqui. Por isso, pedia mesmo, para estas questões, quando nós enviamos a seguir... se vão criar dúvidas, enviem-nos antes, para no momento não estarmos a discutir, e não partirmos do pressuposto de que, não sendo enviadas até dia 9 de janeiro, então, realmente, não havia problemas, leram de novo, receberam os documentos que estavam anexos, e mesmo as propostas que foram anexadas, mostram o sentido da votação, mostram as alterações que foram pedidas.

Obrigado.

Presidente da Mesa: Isto também é um exercício para todos nós, e estamos todos os dias a aprender. Pela parte que me toca, percebi que, de facto – e que é talvez a questão mais importante que aqui se coloca, que é a votação – pareceu-me, pareceu-me... verifiquei, aliás, que na última Assembleia, o Sr. Presidente Moreira da Silva, também já teve mais algum cuidado, digamos, relativamente a este pormenor – pormenor que é determinante, importante, da votação. Eu próprio, também já verificaram que hoje estou a ter todo o cuidado, também relativamente a esta questão, de forma a que... De qualquer maneira, todos os contributos são bem vindos, e se pudermos melhorar, tanto melhor para todos.

Eu dou a palavra aqui... Peço desculpa, quem é que me pediu a palavra? A Isabel pediu outra vez a palavra. Tem a palavra, então.

Isabel Lourenço (PCP): Só queria clarificar: nós, na última reunião, ficámos acordados que passava a haver atas em minuta. Eu, de facto, não consigo perceber este problema, porque nos anos todos que estive na Junta de Freguesia de S. Francisco Xavier isto nunca se levantou, nunca tivemos problemas com atas.

Presidente da Mesa: Mas, não era gravado...

Isabel Lourenço (PCP): Não era gravado; mas, se calhar, não funciona ser gravado. É essa a conclusão a que chegamos.

Presidente da Mesa: A Assembleia é soberana relativamente a essa matéria. Não, mas, digamos, essa decisão compete à Assembleia, se opta pela redação ou pela transcrição.

Margarida Cabral (PSD): Margarida Cabral.

Em relação ao que disse sobre esta ata não refletir quem votou contra ou quem votou a favor, ela tem em anexo, obviamente, a ata em minuta que foi aprovada. Na ata em minuta, em relação a todas as votações, está quem votou contra, quem votou a favor, e de que Partido era, quem votou contra e quem votou a favor, e quem se absteve, e qual é o resultado. E portanto, nesse aspeto, ela é completada por isso.

Admito, sim, que se possa ter mais cuidado, de facto, com o cabeçalho, por uma questão de dignidade da ata, faz sentido; acho que faz sentido até que a ata tenha um título, com uma numeração que seja sequencial, mas isso, acho que é um cuidado que podemos assumir, e que podemos assumir esse compromisso. Se calhar, podemos assumir esse compromisso, e se continuamos a ter transcrições, também assumir o compromisso de elas serem lidas antes, e estes problemas serem todos levantados antes, por troca de *e-mails*, e conseguirmos resolvê-los, e não perdermos tempo aqui a discutir isto, porque acho que é mais uma questão da dignidade da ata, de ela estar bem feita, do que propriamente referências quanto ao que está lá escrito.

A transcrição tem esta vantagem, de que tudo o que se disse está aqui. É evidente que é muito difícil – para quem fez uma transcrição já de uma reunião de um órgão colegial, sabe que é muito difícil apanhar tudo o que se disse. Nós somos portugueses, não somos ordenados a falar, nem direitinhos, nem nada, e portanto, algumas coisas não se percebem. Mas, acho que é uma questão de boa vontade, de facto, para que, como diz a Isabel, se calhar, deixarmos de ter este problema em todas as reuniões.

Presidente da Mesa: Ninguém mais quer tomar a palavra sobre este assunto? Faça favor. Tem a palavra, João Carvalhosa.

João Carvalhosa (Vogal): João Carvalhosa.

Isto é uma questão só de disciplina, em bom rigor, porque eu não sei... eu estava aqui a fazer um exercício, que era reparar quem é que se identificava – das pessoas que estão na ata, quantas pessoas é que se identificaram, daquelas que falaram. E é interessante que nem metade. Metade das intervenções não foram precedidas de dizer o nome. Obviamente que quem está a ouvir, às vezes já pode

conhecer a voz, mas às vezes não dá para perceber. Isto é tudo uma questão de disciplina.

Nós, a experiência que temos, de facto, de oito anos de transcrição de atas na anterior Junta de Freguesia de Santa Maria de Belém, é que isto foi uma coisa progressiva: as coisas foram melhorando, porque as pessoas foram-se disciplinando. Agora, obviamente que não é possível captar com qualidade quando estão três ou quatro pessoas a falar ao mesmo tempo, ou quando não há identificação das pessoas, e quando não se fala ao microfone, que isto também é importante. O facto de haver este som, os microfones dos gravadores também têm a sua capacidade limitada.

Portanto, acho que se todos nos disciplinarmos – e é essa a experiência do que aconteceu nos nossos oito anos de gravações em Santa Maria de Belém: é que, de facto, as coisas funcionavam, e começaram a funcionar cada vez melhor. Agora, é como a questão de dizer os votos ou não dizer os votos – é uma questão de nos adaptarmos a esta realidade. Se calhar, é importante que o Presidente, quando há votos, diga que houve X votos deste Partido, X do outro, exatamente para ficar registado em ata.

E eu, se calhar, convido todos – porque a ata está no *site*, está disponível na Junta de Freguesia, para quem quiser ver, seja um membro da Assembleia, seja ao público, seja a quem quiser, e portanto, se calhar, um bom exercício é: mal a Mesa recebe a ata, assim que ela é enviada, é dizer isto a todos os membros, que é para todos os membros terem um mês e meio, mais ou menos – que é geralmente o tempo que vem antes – e têm um mês e meio para ir, e quem quiser vai, e quem não quiser, não vai.

Muito obrigado.

Presidente da Mesa: Muito obrigado, João Carvalhosa. Portanto, isto é um exercício de aprendizagem para todos, vamos todos fazer o melhor possível, e a ver se conseguimos corrigir pelo menos parte das deficiências que verificámos.

Dizem-me, portanto, que em relação à ata de 30 de setembro de 2014, que não é possível fazer melhor. Portanto, eu vou pôr à votação. Quem quiser votar, vota; quem não quiser votar, não vota.

Portanto, relativamente ao Ponto n.º 3, e às atas em questão, 30.09.2014 e 30.12.2014, eu vou pôr à votação. Quem vota contra? Cinco (5). Quem vota a favor? Quem se abstém? Resumindo a votação: portanto, a ata de 30 de setembro – portanto, a ata que está à votação é a de 30 de setembro de 2014, estou a votá-las independentemente uma da outra. Portanto, relativamente... mantém-se a votação que foi feita, relativamente à ata de 30.09.2014. Portanto, resumindo a votação, há quatro (4) votos contra do PS, outro voto contra da CDU – portanto, totalizando cinco (5) votos contra – uma (1) abstenção do PS, e sete (7) votos a favor, do PSD e do CDS. Sete (7) votos a favor, do PSD e CDS. Portanto, aprovada por maioria.

Em relação à ata de 30.12.2014: Quem vota contra? Quem se abstém? Portanto, aprovada por maioria, com seis (6) abstenções, e sete (7) votos a favor, do PSD, juntamente com o CDS. Está certo.

Ultrapassado este ponto, vamos, então, ao Ponto n.º 4, Apreciação e votação dos documentos de Prestação de Contas de 2014.

Eu penso que terá sido distribuído. Se alguém quiser pôr alguma questão à Junta sobre esta matéria, tem a palavra. Se alguém quiser tomar, obviamente. Senão, punha à votação. Tem a palavra, Óscar Rodrigues, do PS.

Óscar Rodrigues (PS): Boa noite. Óscar Rodrigues, da Bancada do PS.

Eu queria deixar aqui um reparo: a Bancada do PS não pode votar favoravelmente esta apresentação de contas – por muito bem que esteja – porque, no nosso entender, falta aqui algo que é fundamental, uma vez que esta Assembleia tem também as suas funções deliberativas e fiscalizadoras da atividade do Executivo, e no documento que nos foi entregue não consta, em lado nenhum, nenhum parecer de um Revisor Oficial de Contas, ou Técnico Oficial de Contas. Portanto, pela não existência desse parecer de um Revisor Oficial de Contas, nós vamos tomar esta posição.

Presidente da Mesa: Muito obrigado.

Quer dar alguma resposta? Sr. Presidente, tem a palavra. Sr. Presidente da Junta, tem a palavra.

Presidente do Executivo: Muito obrigado.

Vou responder, clarificar alguma informação ao Sr. Membro da Assembleia de Freguesia sobre esta matéria: nós não somos obrigados a ter Revisor Oficial de Contas; a Lei, segundo os nossos juristas, neste momento é unânime, nomeadamente pode perguntar ao seu colega, em outras Juntas de Freguesia, nomeadamente a do Lumiar, que é o ilustre jurista Pedro Delgado Alves. Portanto, a Lei não se aplica neste caso concreto, de termos que ter um Revisor Oficial de Contas, na medida em que quando fala que é preciso, nessa matéria, só fala em Assembleias Municipais; não fala em autarquias, não fala em Assembleias de Freguesia. É extensível a Assembleias Municipais. O que é que isso quer dizer? Quer dizer que não se aplica, neste caso, às Juntas de Freguesia, às Assembleias de Freguesia, mas apenas às Assembleias Municipais. É amplamente aceite em Lisboa – pensei que já tivesse ouvido dos seus colegas juristas, nomeadamente de quaisquer outras Juntas de Freguesia, o que já aconteceu, e nomeadamente sei que já aconteceu noutros casos, não é necessário ter um Revisor Oficial de Contas.

Obrigado.

Presidente da Mesa: Muito obrigado, Sr. Presidente.

Se ninguém mais quer tomar a palavra... Tem a palavra, Isabel, da CDU.

Isabel Lourenço (PCP): Eu, evidentemente que não posso votar a favor de um documento que tem a introdução que tem, uma vez que não concordamos minimamente com a análise económica que é feita do país, ou a análise sobre a descentralização das competências da Câmara para as Juntas, as quais, aliás, temos sempre... já é sobejamente conhecida a nossa posição em relação a isso.

Presidente da Mesa: Muito obrigado.

Se ninguém mais quer tomar a palavra sobre esta matéria – portanto, o Ponto n.º 4 da ordem de trabalhos, Apreciação e votação dos documentos de Prestação de Contas de 2014 – eu vou pôr à votação. Quem vota contra? Quem se abstém? Quem vota a favor? Portanto, aprovada por maioria, com os votos a favor do PSD e do CDS, sendo estes sete (7), cinco (5) abstenções, por parte do PS, e um (1) voto contra, da CDU.

Vamos passar, então, ao Ponto n.º 5 da ordem de trabalhos, que é a Apreciação e aprovação da 1.ª Revisão ao Orçamento e Opções do Plano de 2015.

Eu dou a palavra a quem a quiser tomar sobre este ponto da ordem de trabalhos.

Ninguém querendo tomar a palavra, eu vou passar à votação. Quem vota contra? Quem se abstém? Quem vota a favor? Portanto, aprovado por maioria, com oito (8) votos, do PSD, CDS e CDU, e cinco (5) abstenções, do PS.

Passemos, então, ao Ponto n.º 6 da ordem de trabalhos, que é a Apreciação e aprovação da alteração ao Mapa de Pessoal e autorização para a contratação de pessoal.

Sobre esta matéria, tem a palavra Isabel Lourenço, da CDU.

Isabel Lourenço (PCP): Isabel Lourenço.

Eu queria saudar esta alteração ao Mapa de Pessoal, porque vem de encontro às preocupações que têm sido levantadas na Assembleia de Freguesia, ao papel excessivo de recibos verdes, contratados sem contrato, e prestações de serviço avulso. Espero que, de futuro, possamos observar mais alterações neste sentido. E foi também devido a esta alteração que aprovei o ponto anterior.

Obrigada.

Presidente da Mesa: Muito obrigado, Isabel Lourenço.

Eu passava, então, à votação deste Ponto n.º 6 da ordem de trabalhos. Quem vota contra? Quem se abstém? Portanto, aprovado por unanimidade.

Passemos, então, ao Ponto n.º 7 da ordem de trabalhos, que é a Apreciação do relatório final do inventário e reconciliação de ativos em 2014.12.31 – portanto, até ao final de 2014.

Se alguém quiser tomar a palavra sobre este ponto da ordem de trabalhos.

Teresa Almeida (PS): Teresa Almeida, da Bancada do PS.

Aqui é mais um esclarecimento. Eu penso que, e a apreciação que faço a este documento é que é um proforma que tem que ser feito, acaba por não ser muito informativo. Lembro-me das palavras do Sr. Presidente da Junta de Freguesia, no ano passado, dizendo que haveria vários documentos que poderíamos consultar, e que não eram apresentados, mas que teriam, com certeza, mais indicações relativamente àquilo que foi esta apreciação feita. Presumo que seja exatamente a mesma situação. De qualquer maneira, aqui pela leitura que fazemos, não temos condições de podermos ter uma grande apreciação relativamente ao assunto.

A única questão que eu gostava de pôr é esta: no ponto n.º 4, sobre a reconciliação, dizer que... perguntar se esta decisão tomada pelo Executivo da Freguesia de Belém, de considerar todos os meios cedidos pela Câmara Municipal de Lisboa, ser atribuído zero euros, se é apenas porque não houve condições para se fazer a devida avaliação, e portanto, se recorreu a este valor nulo, que consultada a listagem, que é de tal maneira extensa e, com certeza, valiosa, que redundava apenas... e esta situação mereceu uma deliberação. Portanto, houve, com certeza, uma apreciação relativamente a esta decisão. E era essa que gostaria de conhecer.

Obrigada.

Presidente da Mesa: Muito obrigado, Teresa Almeida.

Eu dava a palavra ao Sr. Presidente, para dar os esclarecimentos que a Teresa Almeida solicitou.

Presidente do Executivo: Muito obrigado.

Bom, isto é, de facto... é assim que acontece, porque fundamentalmente todos os bens que nós recebemos, quer da Câmara, quer de outras entidades – estou-me a lembrar, por exemplo, da EPUL, mobiliário que recebemos dessa empresa para equipar as nossas instalações; temos ainda de outras entidades, material que, de facto, já está muito ultrapassado, apesar de estar num estado bom. Agora, de qualquer forma ??? até esta altura, este processo ??? inventário desses bens. E nessa altura, já podemos fazer os acertos necessários.

Para já, é só isso.

Presidente da Mesa: Muito obrigado, Sr. Presidente.

Não havendo mais ninguém que queira tomar a palavra sobre esta matéria, passo ao Ponto n.º 8 da ordem de trabalhos, que é a Apreciação e aprovação da alteração à Tabela de Taxas da freguesia.

Se alguém quiser tomar a palavra sobre esta questão. Dou a palavra a Fernanda Santos. Se faz favor, tem a palavra.

Fernanda Santos (PS): Obrigada. Boa noite, apresentar os cumprimentos, que ainda não o tinha feito, à Mesa, ao Executivo, aos membros e representantes nesta Assembleia, e ao público.

Um esclarecimento relativamente a esta Tabela de Taxas e de Preços, uma vez que é referido que há uma revisão da tabela, sobre a cedência dos espaços publicitários, em que fase é feita, ou se é feita alguma alteração aos valores que aqui são propostos. Não temos informação relativamente às outras taxas que eram aplicadas a estes espaços.

Também gostaria – ou gostaríamos, aliás – de ter alguns esclarecimentos sobre esta nova atividade que a Junta de Freguesia vai disponibilizar aos fregueses, nomeadamente, para além da mensalidade que aqui está estipulada, quais são as condições de participação, e onde é que vão decorrer estas iniciativas, as aulas de zumba e as aulas de ginástica.

Obrigada.

Presidente da Mesa: Muito obrigado, Fernanda Santos.

Tem a palavra, Sr. Presidente, para dar os esclarecimentos que a interveniente solicitou.

Presidente do Executivo: Muito obrigado.

Nós sentimos a necessidade, nesta proposta – que foi aprovada pelo Executivo para ser apresentada agora aqui na Assembleia de Freguesia, para, assim que for aprovada, entrar em vigor, porque são coisas novas. Portanto, estes aspiradores urbanos, não sei se já viram, vamos tentar otimizar e ter algumas receitas com esses aspiradores, e fazermos publicidade a eles, e podermos ter dinheiro, enfim, para ajudar à manutenção.

Nos ???, também são uma atividade nova ??? as casas de banho, os WC's que estão na gestão da Junta, agora, de uma forma... como competência própria, antigamente era por delegação de competências. Mas, pronto, neste momento, também estamos a ver formas de tentar combater um pouco os gastos que temos e até ter outras receitas ??? com os mecanismos que existem, em várias casas de banho públicas, pormos lá publicidade, e isso também nos ajuda a suportar as nossas despesas.

As telas da piscina, de facto, não tinham lá nenhuma publicidade; neste momento... pronto, mas eram da Câmara, mas isto são tudo coisas que, neste

momento, são novas, são atividades novas. Obviamente que todas as que já aprovámos anteriormente mantêm-se em vigor, isto é, ??? ao que já existe nas taxas. Pronto.

Quanto às aulas, as aulas vão ter lugar aqui no Centro Social, nas nossas instalações. Ainda estamos a ver quais é que serão os horários. Estamos a fazer um esforço para tentarmos otimizar o mais possível as instalações. Vamos fazê-lo aqui nas instalações do Centro Social de Belém.

Obrigado.

Presidente da Mesa: Muito obrigado, Sr. Presidente.

Vamos passar, então, à votação deste ponto da ordem de trabalhos, Aprovação da alteração à Tabela de Taxas da freguesia. Quem vota contra? Quem se abstém? Portanto, aprovado por unanimidade.

Passemos, então, ao Ponto n.º 9 da ordem de trabalhos, que é a Eleição de um representante da freguesia na CPCJ – Lisboa Ocidental. Não sei se há propostas. Portanto, a proposta... Como? Pedro Rodrigues, tem a palavra. Faça favor, tem a palavra.

Pedro Rodrigues (PS): Muito boa noite. Gostaria de também cumprimentar a Assembleia e o público, que ainda não o tinha feito.

Sobre esta matéria, temos também algumas questões. Segundo o Decreto-lei que, no fundo, dita sobre a Lei de Proteção de Crianças e Jovens em perigo, CPCJ – Lisboa Ocidental, o Decreto-lei, o que diz é que, de facto, a Assembleia – ou Municipal, ou neste caso, de Freguesia – deve indicar um seu representante... mas eu vou ler mesmo a Lei, que passo neste momento a ler, que diz assim: “*A Comissão Alargada é composta por um representante do município ou das freguesias a indicar por estas no caso previsto no n.º 2 do art.º 15.º, de entre as pessoas com especial interesse ou aptidão nas áreas das crianças e jovens em perigo.*” E isto é referido para todos os elementos que são, de facto, componentes desta Comissão.

O que me parece é que se o Decreto-lei – neste caso, o Decreto-lei n.º 147/99, depois com as várias alterações que são feitas, que vão sendo neste sentido, de promover um elemento que tenha competências para esta matéria, aptidão e competências, parecia-nos que seria muito lógico ser apresentado aqui um nome, que também viesse esse nome associado a um currículo. Não vem, não vem. Julgo que não vem. Nós não temos conhecimento. Até agora, não nos foi dito nada, nem sabemos, de facto, o que é que... Nós não estamos contra o nome desta cidadã, Mariana da Silveira Rodrigues; não sabemos é, de facto, quais é que são as competências que esta senhora tem. Poderá ter até imensas, não estamos a contestar; a única coisa é que a Assembleia não tem conhecimento.

Sobre isso, acho que, de facto... se chegou agora, é difícil fazer uma votação sem que haja conhecimento. E depois, é importante perceber que o que a Lei diz,

entre... ou seja, deve ser uma pessoa que deve ser seleccionada. Portanto, não é uma pessoa só indicada. Eu imagino que seja a Junta que tenha esse papel, e que já o tenha feito, mas não é aqui dito, entre pessoas... estamos a falar entre pessoas. E portanto, parecia-nos interessante perceber quais foram os critérios de seleção dessa mesma pessoa.

Por outro lado, também achávamos interessante perceber que a última doutora, a anterior representante da Junta... eu volto a repetir: o anterior membro, eleita para esta Comissão, a eleita por esta Assembleia, foi eleita ainda há menos de dois anos – penso que se chamava Ana Domingos, se não me falha a memória. E também não sabemos, enfim, efetivamente, as razões por que é que tem que ser substituída, ou por que é que propõem agora um novo nome. E pelo menos, devíamos saber. Portanto, mas não sabemos sobre essa matéria. Portanto, é sobre isso que queremos esclarecimentos. Mais do que tudo, é um esclarecimento.

Também, já agora, sobre essa matéria, e ainda dentro desta lógica do apoio a jovens e crianças: como sabem, esta Assembleia aprovou já uma comissão com uma componente educacional, de tentar se inteirar dos problemas desta freguesia, sobre as componentes educativas desta freguesia. Já tentei, junto da Dra. Helena Lencastre, promover, para que tenhamos uma lógica proativa, várias iniciativas no âmbito educativo, a nível de escolas, e a nível do plano vocacional das várias valências que esta Junta tem. Ainda não foi possível; eu penso que seria bom, já que este assunto vem aqui à Assembleia, de tentar que os vários elementos que compõem esta Comissão tentem ter, de facto, uma atitude também proativa, e que se consiga, num futuro próximo, fazer a primeira reunião, onde se possa fazer algo no campo educacional, para estas crianças e para estes jovens.

Muito obrigado.

Presidente da Mesa: Muito obrigado, Pedro Rodrigues. Eu também não tinha aqui elementos sobre a candidata proposta, mas chegou agora aqui o currículo. Já têm? Ainda bem.

Sobre as questões postas pelo Pedro Rodrigues, Sr. Presidente, quer prestar esclarecimentos? Está inscrita? Isabel Lourenço, da CDU, tem a palavra.

Isabel Lourenço (PCP): Isabel Lourenço.

Portanto, já foi aqui referido, evidentemente que não é na altura da votação que nos tem que ser apresentado o currículo; acredito que tenha sido uma falha técnica, e pronto, para futuro, ficar registado que esse tipo de coisas deve ser enviado antecipadamente.

Em relação à participação de um elemento da Junta de Freguesia, em representação da freguesia, e dos problemas da freguesia na CPCJ: nós temos vindo a aprovar a participação deste ou daquele membro, mas não temos um *feedback* do que é que se passa. E gostaríamos, de facto – acho que seria bom

se nós, no futuro, pudéssemos ter... por exemplo, na informação escrita do Presidente, isso pudesse ser contemplado, para se saber, realmente, qual é que é o papel desempenhado pela freguesia nesse organismo, e quais os benefícios que advêm de participar nestas comissões, ou quais as dificuldades.

É só. Obrigada.

Presidente da Mesa: Muito obrigado, Isabel Lourenço.

Dava, então, a palavra ao Sr. Presidente, para prestar esclarecimentos aos dois intervenientes anteriores. Muito obrigado.

Presidente do Executivo: Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Membros da Assembleia.

Sobre esta matéria específica, relativamente ao que estamos hoje aqui a participar nesta eleição, é porque a anterior representante foi nomeada para outras funções – foi designada por mim para ser minha assessora. Portanto, passa a ser assessora do Presidente. E teve, por isso, que ser substituída. Por esse modo, foi substituída por uma pessoa que eu acho que conhece, porque é uma das nossas assistentes sociais ??? no dia a dia, que é a Dra. Mariana Ribeiro. Quem esteja minimamente dentro do trabalho da Junta de Freguesia, conhece a Dra. Mariana Ribeiro. Eu pensei que as pessoas conhecessem, os Srs. Membros da Assembleia de Freguesia, que conhecessem os nossos funcionários, que tínhamos cinco ou seis, até há pouco tempo – agora temos mais. Mas, portanto, que os conhecessem, porque a Dra. Mariana Ribeiro e a Dra. Madalena Múrias são as nossas assistentes sociais; qualquer pessoa minimamente dentro – vamos ver se nos entendemos – dentro da atividade da Junta de Freguesia, conhece a Dra. Mariana Ribeiro. Isso não invalida que não vá o currículo anexo, mas, desculpe, qualquer pessoa é obrigada a conhecê-la, se se interessar um pouco pelo que se passa. Pronto.

De qualquer forma, concordo, e devemos aqui fazer um esforço no sentido de dar mais informação deste teor aos Srs. Membros da Assembleia de Freguesia, ??? E por isso, vamos ter um especial cuidado nesse aspeto, para permitir à nossa representante para lhes dar os *feedbacks* mais marcantes, e depois partilhar com os Srs. Membros da Assembleia de Freguesia essas informações.

Vou pedir ao Sr. Presidente, para que o Dr. João Carvalhosa possa complementar a minha intervenção.

Presidente da Mesa: Tem a palavra, Dr. João Carvalhosa. Obrigado.

João Carvalhosa (Vogal): Obrigado, Sr. Presidente.

Eu gostaria só de dar aqui algumas notas, porque isto, de facto, é uma matéria que é muito sensível para nós todos, e deve ser bem refletida. A nossa presença na chamada Comissão Alargada da CPCJ é de extrema importância, e tem de ser feita de uma forma muito responsável e muito permanente também. Daí haver

alguma dificuldade em indicar um voluntário, digamos assim, um membro – como o Pedro estava a dizer – um membro que tenha especial competência nesta matéria, e é preciso ter tempo, porque isto implica a participação em muitas reuniões, implica a participação em grupos de trabalho, e portanto, é uma coisa que, de facto, exige muito tempo. E daí a proposta geralmente ser de um colaborador da Junta, que é pago para isso – é pago, faz parte das suas funções, do seu trabalho no dia a dia, e neste caso, este acompanhamento da CPCJ.

E é claro que a Assembleia é livre para nomear quem quiser, a Assembleia é soberana nisso; mas, geralmente, há esta proposta, exatamente pela ligação com a Junta, e com o trabalho da Junta, e com o resto do trabalho social da Junta. Aliás, nós estivemos – já agora, só para vos dar uma nota sobre isto – nós estivemos, exatamente, na semana passada, numa reunião com a Comissão Nacional, portanto, ??? com os membros da Comissão, e com os restantes membros da Comissão Alargada de Lisboa Ocidental, onde estivemos a debater estas questões, a questão da composição da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens Ocidental, onde pudemos também, ou nos foi apresentado o número de casos de cada freguesia. Infelizmente, nós, em Belém, ainda temos alguns casos – temos cerca de vinte casos atualmente a ser seguidos pela Comissão – mas estamos muito longe do número de casos das outras freguesias. Para terem uma ideia, a freguesia com número de casos a seguir a nós tem mais do dobro dos nossos casos, e a que tem mais, dentro de Lisboa Ocidental, tem mais de cinco vezes, ou seis vezes mais casos do que nós. É claro que são freguesias diferentes, são realidades sociológicas diferentes. Agora, obviamente que nós, nem com estes vinte casos estamos descansados. E portanto, o nosso trabalho – e colocámo-nos à disposição, acho que é importante também saber-se isto, porque até agora... eu não sei se têm conhecimento de como é que funcionam estes processos. Há um acordo entre a Comissão de Proteção Ocidental e a família para o acompanhamento das crianças. E o que nós nos colocámos à disposição da CPCJ é para a Junta de Freguesia passar a ser uma terceira parte, ou uma quarta parte nesse acordo. Exatamente para quê? Para que os nossos técnicos, que trabalham já essas famílias em muitas outras valências, possam fazer parte desse acompanhamento, que é para que, em conjunto com a CPCJ, possamos fazer uma intervenção à família, muito mais alargada, do que estar ????. Nós já fazemos isso com a Comissão Social de Freguesia, mas, de facto, não é feito ainda internamente com a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens. E achamos que isso faz sentido; aliás, a própria Comissão também acha que isso faz sentido.

E portanto, no futuro, os novos casos... e disponibilizaram-se, aliás, em alguns casos pendentes – eu não sei, não nos disseram se havia algum caso pendente – mas, também nos disponibilizámos para dar todo o apoio à Comissão, para que algum caso que ainda não esteja a ser analisado – e estes casos são todos urgentes, não vale a pena pensarmos que há casos mais urgentes, são todos urgentes – portanto, disponibilizámos toda a nossa equipa técnica para, em conjunto com a Comissão, poderem abordar, e começar a fazer uma intervenção nestas novas famílias. Portanto, é esse o trabalho que nós fazemos.

Eu percebo, quando se diz que não há *feedback*, e portanto, concordo que não há relatório, aqui os detalhes, faz isto, faz aquilo; se calhar, podemos pensar, no futuro. Mas, de qualquer forma, se repararem, se lerem, por exemplo, os Boletins da Junta de Freguesia, quando há alguma iniciativa em que nós estamos envolvidos, geralmente também vem lá refletido para a comunidade toda. O trabalho da CPCJ é sempre feito connosco.

Muito obrigado.

Presidente da Mesa: Muito obrigado, João Carvalhosa.

Tem a palavra, Pedro Rodrigues.

Pedro Rodrigues (PS): Pedro Rodrigues, do PS.

Eu confirmo perfeitamente aquilo que referiu, e é por, exatamente, ser um problema de extrema complexidade e sensibilidade, envolvendo estes jovens em perigo, e estas crianças em perigo, que me parece que este assunto, em termos de relatório, podia ser trazido aqui, porque numa lógica de um Executivo, com certeza que não pode vir a público um conjunto de problemas que deverão ser tratados num âmbito mais restrito. E portanto, aqui deveria ser, exatamente, o local, nomeadamente nesta transição, de passar de pasta da Dra. Ana Domingos para esta candidata, esta cidadã, Mariana Silveira Ribeiro, primeiro, que houvesse aqui alguma componente mais escrita. E por isso é que nós pedimos essa informação, que parece-nos um assunto demasiadamente importante para só aparecer um nome para ser votado. E por isso mesmo, achamos muito bem, e olhando para o currículo, daquilo que eu estive a ver da Dra. Mariana Silveira Ribeiro, não pomos em dúvida as competências e a aptidão desta cidadã, mas obviamente, não havendo até então, à data, este documento, acharíamos que era um pouco até injusto, com certeza, para a Dra. Mariana, porque, com certeza, muito embora o Sr. Presidente tenha referido que toda a gente a conhece, com certeza – enfim, eu acho que estas coisas são o que são, e devem ser apresentadas de uma forma mais formal. Portanto, era só isso que eu tinha a acrescentar. Mas, compreendo, e por ser, de facto, um assunto que achamos de extrema gravidade e complexidade, e com a sensibilidade com que têm que ser tratados estes assuntos, que achamos que, de facto, tem de ser feito de uma forma como aquilo que agora aqui apresentámos.

Muito obrigado.

Presidente da Mesa: Muito obrigado, Pedro Rodrigues.

Ninguém mais querendo tomar a palavra sobre esta questão – que é o Ponto n.º 9 da ordem de trabalhos, que é a Eleição de um representante da freguesia na CPCJ – Lisboa Ocidental – eu vou pôr à votação, portanto, a proposta, ou a única proposta que nos foi aqui presente, que é a eleição da cidadã Mariana da Silveira Rodrigues Ribeiro, portanto, que é a candidata que nos foi presente aqui à Mesa. Exatamente. Portanto, vai ser eleita, ou para ser eleita, vão ser distribuídos os votos. Já improvisámos aqui a urna, deparámo-nos com a inexistência de urna

para o efeito, e já tivemos esse cuidado, com a celeridade possível, e foi o que se pôde arranjar. Peço alguma desculpa pela pouca dignidade, digamos, que a urna tem.

Eu vou explicar: portanto, salvo melhor ideia, salvo melhor ideia que nos proponham, portanto, eu sugeria que em cada voto (que agora vos está a ser entregue) pusessem a letra "A", "C" ou "F", conforme o vosso voto for a favor, abstenção ou contra. Portanto, "C", "F" ou "A". "C", contra, "F", a favor, e "A", abstenção. Repito o significado das letras: "A" – abstenção; "F" – a favor; "C" – contra.

Já toda a gente votou? Primeiro voto a favor, segundo voto a favor, terceiro voto a favor, quarto voto a favor, quinto voto a favor, sexto voto a favor, sétimo voto a favor, oitavo voto a favor, nono voto a favor, décimo voto a favor, décimo primeiro voto a favor, décimo segundo voto a favor, décimo terceiro voto a favor. Portanto, a eleição da Sra. Cidadã Mariana da Silveira Rodrigues Ribeiro – portanto, a eleição foi aprovada por unanimidade.

Vamos passar, então, ao último ponto da ordem de trabalhos, que é a Informação escrita do Sr. Presidente.

Eu dava a palavra à Assembleia, se quiserem pôr alguma questão ao Sr. Presidente sobre a informação escrita que vos foi distribuída. Tem a palavra, Teresa Almeida.

Teresa Almeida (PS): Teresa Almeida, Partido Socialista.

Enfim, eu gostava de pôr uma primeira questão, que já coloquei na sessão anterior, e que tem a ver com a forma de apresentação do documento – e volto a dizer, reconhecendo que o Sr. Presidente apresenta o documento como entende, mas uma vez que nos é colocado à apreciação – volto a referir que, na nossa opinião, a informação escrita do Presidente deve refletir, não a atividade exclusiva do Sr. Presidente, mas aquilo que se passa na Junta de Freguesia durante o período em que decorreu este lapso de tempo descrito. E aquilo que ouvimos há pouco relativamente, enfim, à atividade na área social que a Junta de Freguesia descreve, e que penso que é uma atividade relevante, de facto, não é refletida, por norma, nas informações do Sr. Presidente. E portanto, talvez se fosse feito um trabalho em que todas as atividades, dos eleitos da freguesia, do Sr. Presidente, nos fossem relatadas por temas, nos pudesse permitir ter uma perceção mais efetiva do trabalho desenvolvido. Portanto, gostaria de voltar a recomendar que esta informação tivesse uma forma mais abrangente de retratar a vida, a atividade da Junta de Freguesia.

Depois, o Sr. Presidente assina esta informação, no início, com a data de 18 de abril, e nós reparamos que, pelo menos nas questões financeiras, a informação termina a 15 de março; e o próprio Sr. Presidente, no balanço que faz, diz que há aqui alguma insuficiência, exatamente porque está a terminar esta apreciação relativamente à atividade financeira a 15 de março. Pergunto se não teria havido condições de o fazer, pelo menos até final de março, para que este extrato

financeiro – que tem falhas assumidas pelo Sr. Presidente, tem falhas, porque a meio do mês não consegue ter o retrato exato das despesas e das receitas – e se não poderia ter feito esse esforço para que, tendo terminado a 18 de abril, de ter feito a apreciação relativamente, como digo, pelo menos até ao final de março.

Depois, em termos da introdução, refere várias dificuldades, nomeadamente na questão dos licenciamentos, e deduzo que com a aprovação do Quadro de Pessoal feita hoje, que vai ter possibilidade de ter estas questões – para as quais refere que tem falhas de recursos humanos – possam ficar colmatadas. Portanto, é uma questão de plano, e gostaria de ser esclarecida.

Também refere aqui a questão das trinta e cinco horas e, enfim, como nós percebemos bem, de facto, esse horário é aquele que melhor reflete a justeza da contratação dos funcionários públicos, e portanto, há aqui uma crítica ao Governo que nos parece muito justa. E portanto, esperemos que em breve essas questões possam ficar resolvidas a favor dos trabalhadores.

Sobre a questão do espaço público, o Sr. Presidente também refere o estado do investimento nos sistemas de rega, refere aqui um conjunto de espaços verdes, onde esse trabalho está a ser concluído, e refere, no final deste ponto, que novas espécies, novos desenhos de áreas verdes, não serão feitos de imediato, mas esperamos poder levar a cabo num futuro próximo. Portanto, gostaríamos que estas questões pudessem ter uma agenda mais concreta, que não ficasse tão vago. E perguntava se tem alguma perspetiva para quando, se existe apoio técnico para estes trabalhos, quais são... se é junto da Câmara Municipal que normalmente pede para ser apoiado nestas questões dos espaços verdes e das espécies, ou se a Junta, neste momento, já tem elementos que podem fazer esse serviço, e portanto, com alguma autonomia.

E era sobre isto, uma vez que todas as outras questões são apenas relatos de atividades que foram executadas – e que foram bastantes.

Mas, em conclusão, gostávamos de não termos só um relato de atividades, porque esses, penso que serão exatamente os mesmos reproduzidos no Boletim; como disse aqui o meu camarada Pedro Rodrigues, nós gostaríamos de, no âmbito da Assembleia de Freguesia, podermos refletir mais sobre atividades concretas de todos os membros da Junta, e não apenas sobre as questões sociais de iniciativa pública que podemos seguir pessoalmente, ou através da apreciação do Boletim.

Muito obrigada.

Presidente da Mesa: Muito obrigado, Teresa Almeida.

Tem a palavra Isabel Lourenço, da CDU.

Isabel Lourenço (PCP): Isabel Lourenço.

No seguimento – eu acho que a Teresa Almeida já refletiu pelo menos aquilo que se passa em relação a estas informações escritas; aliás, já não é a primeira vez que se fala sobre a forma e o conteúdo. Seria mais demorado, mas é uma opção pessoal do Sr. Presidente, é uma informação do Sr. Presidente.

Em relação à informação escrita, e no seguimento da intervenção do Sr. Vítor Fino, e depois da explicação e resposta do Sr. Presidente, eu gostaria de ver refletidas numa informação deste género as tais *démarches* que estão a fazer junto da Câmara Municipal para colmatar as graves falhas que há nos pavimentos, nos passeios, etc., coisa que, a não ser que me tenha escapado, não está refletida na informação escrita. E acho que seria do nosso interesse sabermos, de facto, o que é que se está a fazer, quais as dificuldades que encontra, e quais as perspetivas que há.

Obrigada.

Presidente da Mesa: Muito obrigado, Isabel Lourenço.

Dou a palavra ao Sr. Presidente, para responder às sugestões e aos pedidos de esclarecimentos feitos pela Teresa Almeida, do PS, e Isabel Lourenço, da CDU.

Presidente do Executivo: Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Membros da Assembleia.

É com muito prazer que nós estamos aqui hoje, aqui a tratar dos assuntos da nossa autarquia.

E quanto à questão da Sra. D. Teresa Almeida sobre aquela matéria referente às contas, o que tenho a dizer é o seguinte: nós de facto... não nego que temos alguns problemas, neste momento, que estamos a tentar resolver e recuperar; ainda não recuperámos completamente, mas já foi um grande esforço termos conseguido, para já, até 15 de março, termos as contas. Tivemos que fazer um esforço imenso, porque não tem sido fácil, nesta situação de transição, termos as coisas completamente em dia. Pronto. Mas, já estão melhores, já estão melhores. E, de facto, como refere aí, as contas que nós conseguimos, neste momento, fazer o esforço, principalmente por esta Assembleia, foi, realmente, com a data de 15 de março, um esforço que fizemos, significativo. Mas, não estamos mal, porque conheço outros colegas de vários sítios – embora estejamos todos mal, mas estamos muito bem em relação a outras Juntas de Freguesia, por essa cidade fora, que estão a passar pelos mesmos problemas que nós. Agora, de qualquer forma, reforçámos essa área da contabilidade, que para nós é fundamental, e de maneira que penso que, em breve, já teremos isto muito melhor.

Quanto aos licenciamentos, que também é outro setor: estranhamente, está a andar muito bem. Tivemos alguma sorte, com algumas pessoas que vieram da Câmara, que encaixaram muito bem, outras já tínhamos, e neste momento está a funcionar com um responsável e mais dois técnicos, mas tem sido suficiente para ir dando andamento aos diferentes pedidos que temos tido. Geralmente eram dois

a dois, para evitar problemas, que advêm deste tipo de atividades, muitas vezes, há muitas pressões, mas estamos cá para ????. E o sentimento que tenho tido é que estão a fazer um bom trabalho, ??? e estamos numa fase de transição, das próprias pessoas, ????. Mas, os licenciamentos têm sido uma área em que temos tido uma boa ligação com a Câmara, que tem feito um apoio muito chegado também, e eu acho que está a correr melhor do que eu pensava, porque é uma fase completamente nova que nós começámos só este ano, no dia 1 de janeiro, mas, realmente, está a correr muito bem.

Quanto às trinta e cinco horas, de facto, ainda estamos a aguardar uma situação clara da parte da Procuradoria Geral da República, que depois possa ??? do Governo. Até lá, mantemos o mesmo sistema, que não gosto muito, que são dois sistemas dentro da própria Junta de Freguesia. Temos compromissos, cumprimos os nossos compromissos: toda a gente que veio da Câmara tem o horário de trinta e cinco horas, e o resto do pessoal tem as quarenta horas, até resolvermos a situação. Isto é por uma questão de prudência ??? é a situação que nós temos para já.

Quanto aos investimentos em rega, de facto, temos feito esses investimentos. Se calhar, contra nós próprios, estamos a ser muito rápidos. Isto são promessas eleitorais para quatro anos, e já estamos a fazer muita coisa ??? isso acontecer, mas já ??? e então, já estamos a fazer; aliás, como está aí referido na página 3, que fala ??? numa zona que é ???, que estava muito mal cuidada, e estamos, neste momento, a dar esse tratamento, não só com a irrigação, como também já com plantação – portanto, até já antecipámos um pouco aquilo que tínhamos inicialmente pensado fazer, as condições assim o permitiram. Falta ??? da EPUL ainda; ??? lá iremos, lá iremos.

A manutenção, também em Caselas, tem sido agora uma realidade: começámos a meter lá em alguns jardins – isso pode-se ver, aliás, no *Facebook* da Junta também – à volta da Cooperativa, está já com um outro aspeto, e coisa interessante é que temos a própria população nesses trabalhos de manutenção também, e é importante que as pessoas estejam a colaborar também nesse aspeto.

Quanto à pavimentação das ruas, junto da Câmara: de facto, temos tido uma ligação muito estreita à Câmara; se não me engano, ??? até já podemos ter novidades, porque pude falar, esta semana ainda, com os responsáveis camarários, os Vereadores, o Dr. Jorge Máximo e com o Sr. Vereador Manuel Salgado. E eu penso que, neste momento, até já devem estar decididas as próprias intervenções para os próximos tempos: algumas ruas vão avançar já, ??? e penso que muito em breve haverá boas notícias aqui em Belém, de arranjo de ruas. Obviamente, se virem agora vários buracos, foram vários tapados, outros já estão destapados, mas agora, há pouco tempo, houve uma intervenção da parte da Câmara Municipal. Mas, estamos, designadamente sobre esse problema da pavimentação, é uma competência que é da Câmara, não é nossa, mas não mediremos esforços para tentar acelerar, de maneira a que a Câmara possa resolver isso.

Sobre essa matéria, ainda há pouco tempo também, agora pela posse do novo Presidente, foi-nos pedido para indicarmos três prioridades nesta matéria, e nós indicámos, no número um, o cruzamento da Avenida da Torre com a Rua Bartolomeu Dias, e com a Rua de Pedrouços; no número dois, a Avenida Vasco da Gama, quando se desce ??? para evitar toda aquela questão de congestionar a Rua das Lojas, ??? Bairro do Restelo. E de maneira que estamos... e também conseguimos ??? dois sentidos aqui na zona da Rua de Santo António a Belém, Travessa da Silva, aqui ao pé da Igreja da Memória, correnteza do Largo do Galvão. Também já conseguimos algum consenso com a Câmara, num sentido único ??? Bairro de Belém, sentidos únicos para facilitar o deslocamento de trânsito naquela zona.

Também gostaria de dizer, enfim, que como viram, cada um dos Srs. Membros da Assembleia tinha aí ??? Junta de Freguesia. Pronto, é aqui uma oferta, porque finalmente conseguimos concluir o processo todo do brasão, da bandeira e do selo branco, e já estão devidamente registados na Direção Geral das Autarquias Locais, depois de previamente ter saído em Diário da República, já esses nossos símbolos. E pronto, espero que tenham muito orgulho neste símbolo da nossa freguesia – que não é o símbolo da Junta; é o símbolo da Freguesia de Belém.

Muito obrigado.

Presidente da Mesa: Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu, se a Assembleia me permitir, introduzia aqui um ponto último na ordem de trabalhos, que seria o Ponto n.º 11, que tem a ver com a ata em minuta. Ela está pronta. Eu dava aqui a palavra ao Manuel Pestana Machado – portanto, ao Secretário da Mesa – ele lia isto em dois minutos, ou menos ainda, e se – como digo e repito – se a Assembleia não se opuser, punha-se já à votação, aprovava-se, se eventualmente a Assembleia estiver de acordo. Todos concordam?

Portanto, Manuel, tem a palavra. Leia lá a ata em minuta.

Manuel Machado (2.º Secretário, PSD): Muito obrigado, Sr. Presidente. Manuel Machado.

Ata em minuta:

A Assembleia de Freguesia de Belém, nos termos e para os efeitos do art.º 57.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, bem como o disposto no n.º 4 do art.º 29.º do Regimento da Assembleia de Freguesia de Belém, ??? em Reunião Ordinária de 30 de abril de 2015, as saudações, moções e propostas a seguir discriminadas, constituindo o presente documento, bem como os originais das referidas propostas, a ata em minuta.

Moção “Pela suspensão dos despejos das famílias residentes no Pátio da Quintinha, na Freguesia da Ajuda”, subscrita pelo PCP. **Rejeitada**. Votos a favor: seis (PS, PCP); votos contra: sete (PSD, CDS); abstenções: zero.

Moção "Lutar por abril, por uma vida melhor", subscrita pelo PCP. **Rejeitada**. Votos a favor: um (PCP); votos contra: sete (PSD, CDS); abstenções: cinco (PS).

Moção "Em defesa dos transportes públicos, mudar de política e combater a privatização da Carris, Metro, Transtejo e Soflusa", subscrita pelo PCP. **Rejeitada**. Votos a favor: seis (PS, PCP); votos contra: sete (PSD, CDS); abstenções: zero.

"Saudação ao 25 de abril", subscrita pelo PSD e CDS. **Aprovada**. Votos a favor: treze (unanimidade).

"Saudação ao 1.º de maio", subscrita pelo PSD e CDS. **Aprovada**. Votos a favor: treze (unanimidade).

Hélder Correia (CDS): Hélder Correia, CDS.

Nos termos da Lei em Portugal, uma vez terminadas as eleições, extinguem-se as coligações, e passa a valer os Partidos políticos, que são referenciados ????. E por isso, nessa medida, embora a coligação seja PSD/CDS, a partir do momento em que as eleições são encerradas, os Partidos têm autonomia própria. E portanto, nesse sentido, gostaria só de fazer esse pequeno reparo.

Obrigadíssimo.

Presidente da Mesa: A Mesa agradece o reparo, e está sempre aberta a estas sugestões.

Manuel Machado (2.º Secretário, PSD): Iamos passar ao próximo ponto, neste caso, Apreciação e aprovação da ata da reunião de 30 de setembro de 2014. **Aprovada**. Votos a favor: sete (PSD, CDS-PP); votos contra: cinco (PS, PCP); abstenções: uma (PS).

Apreciação e aprovação da ata da reunião de 30 de dezembro de 2014. **Aprovada**. Votos a favor: sete (PSD, CDS-PP); votos contra: zero; abstenções: seis (PS, PCP).

Apreciação e votação dos documentos de Prestação de Contas de 2014 (Proposta da Junta de Freguesia). Foi **aprovada**, com sete votos a favor (PSD, CDS-PP); votos contra: um (PCP); abstenções: cinco (PS).

Apreciação e votação da 1.ª Revisão ao Orçamento e Opções do Plano de 2015 (Proposta da Junta de Freguesia). **Aprovada**. Votos a favor: oito (PSD, CDS-PP, PCP); votos contra: zero; abstenções: cinco (PS).

Apreciação e aprovação da alteração ao Mapa de Pessoal e autorização para contratação de pessoal (Proposta da Junta de Freguesia). **Aprovada**. Votos a favor: treze (por unanimidade).

Apreciação e aprovação de alteração à Tabela de Taxas e Preços (Proposta da Junta de Freguesia). **Aprovada**. Votos a favor: treze (por unanimidade).

Eleição do representante da freguesia na CPCJ – Lisboa Ocidental (Proposta da Junta de Freguesia). Eleição feita por votação secreta. Foi **aprovada**. Votos a favor: treze (por unanimidade).

Nos termos do n.º 3 do art.º 57.º do supracitado Regime Jurídico das Autarquias Locais, eu, Manuel da Câmara Pestana Pedrosa Machado, elaborei esta ata, que já assinei.

Presidente da Mesa: Tem a palavra, Teresa Almeida.

Teresa Almeida (PS): Teresa Almeida.

Eu volto a insistir que, no início, deviam estar as presenças. Portanto, a ata deveria dizer quem eram os membros presentes. Eu penso que não referiu.

Manuel Machado (2.º Secretário, PSD): Tem toda a razão, não referi. No entanto, a folha de presenças de cada uma das reuniões está sempre anexa à ata, como já dissemos noutras reuniões.

Presidente da Mesa: Pedro Rodrigues, tem a palavra também.

Pedro Rodrigues (PS): Também uma sugestão: tentar que na próxima ata, uma vez que nós temos ordem de trabalhos, e que é sequencial, também porque depois, na transcrição, é mais fácil constar essa ordem de trabalhos, porque facilita muito depois a leitura. E isso não tem acontecido. Estar, exatamente, todos os pontos que são referidos depois, sequenciais, mas que depois, na transcrição, não se consegue ter essa leitura. Portanto, antes da ordem do dia, sabemos que aqueles pontos estão ali, e depois os vários pontos sequenciais. É muito mais simples, e depois, quem vai ler consegue interpretar mais facilmente. E aí, para fazer extrações da ata, porque são extrações que normalmente são de vários pontos, consegue-se depois fazer mais facilmente.

Muito obrigado.

Presidente da Mesa: Eu acho que tem toda a razão, mas isto não deixa de ser uma recomendação... julgo que o que tinha dito era os elementos sequenciais estarem presentes na ata...

Pedro Rodrigues (PS): A ordem do dia refere a ordem sequencial dos trabalhos, e portanto, naturalmente, se ficarem em ata esses mesmos elementos, no fundo, transcritos também – Ponto n.º 2, Ponto n.º 3 – consegue facilmente depois identificá-los, para extrair qualquer ponto. Antes de cada um.

Muito obrigado.

Presidente da Mesa: Muito obrigado a todos.

Tenho que pôr à votação, exatamente. Portanto, quem vota contra? Portanto, está em votação a ata em minuta. Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovado, portanto, por unanimidade.

Quero agradecer a todos a vossa presença, e até à próxima Assembleia.

Assembleia de Freguesia de Belém

*Aprovada
por
unanimidade*

ATA EM MINUTA

Nos termos e para os efeitos do artigo 57º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, bem como o disposto no n.º 4 do artigo 29.º do Regimento da Assembleia de Freguesia de Belém foram apreciadas na reunião ordinária de 28 de abril de 2015 as saudações, moções e propostas a seguir discriminadas, constituindo o presente documento, bem como os originais das referidas propostas, a ata em minuta

4 Saudação ao 25 de abril, subscrita pelo PPD/PSD e CDS/PP

☒ Aprovada ☐ Rejeitada *Unanimidade*

Votos a favor: 13

Votos contra: —

Abstenções: —

5 Saudação ao 1º de maio, subscrita pelo PPD/PSD e CDS/PP

☒ Aprovada ☐ Rejeitada

Votos a favor: 13 - *Unanimidade*

Votos contra: —

Abstenções: —

3 Moção: Em defesa dos transportes públicos, mudar de política, combater a privatização da Carris, Metro, da Transtejo e da Softlusa, subscrita pelo PCP

☐ Aprovada ☒ Rejeitada

Votos a favor: 6 (PS - PCP)

Votos contra: 7 (PSD - CDS)

Abstenções: 0

1 Moção: Pela suspensão dos despejos das famílias residentes no Pátio da Quintinha, na freguesia da Ajuda, subscrita pelo PCP

☐ Aprovada ☒ Rejeitada

Votos a favor: 6 (PS + PCP)

Votos contra: 7 (PSD - CDS)

Abstenções: 0

2 Moção: Lutar por Abril para uma vida melhor!, subscrita pelo PCP

☐ Aprovada ☒ Rejeitada

Votos a favor: 7 (PSD - CDS)

Votos contra: 1 (PCP)

Abstenções: 5 (PS)

6 Apreciação e aprovação da ata da reunião de 30 de setembro de 2014

☒ Aprovada ☐ Rejeitada

Votos a favor: 7 (PSD - CDS)

Votos contra: 5 (PS + PCP)

Abstenções: 1 (PS)

Apreciação e aprovação da ata da reunião de 30 de dezembro de 2014

☒ Aprovada ☐ Rejeitada

Votos a favor: 7 (PSD - CDS)

Votos contra: —

Abstenções: 6 (PS + PCP)

7 Mover Sendaçes ao 25 de Abril, apresentada pelo PS

Aprovada ☒

Votos a favor - 12 (PSD - CDS, PS, PCP)

Votos contra - —

abstenções - 1 (PSD - CDS)

Apreciação e votação dos Documentos de Prestação de Contas de 2014; proposta da Junta de Freguesia

☒ Aprovada ☐ Rejeitada

Votos a favor: 7 (PSD - COS)

Votos contra: 1 (PCP)

Abstenções: 5 (PS)

Apreciação e aprovação da 1ª Revisão ao Orçamento e Opções do Plano de 2015; proposta da Junta de Freguesia

☒ Aprovada ☐ Rejeitada

Votos a favor: 8 (PSD, COS e PCP)

Votos contra: —

Abstenções: 5 PS

Apreciação e aprovação da alteração ao Mapa de Pessoal e Autorização para Contratação de Pessoal; proposta da Junta de Freguesia

☒ Aprovada ☐ Rejeitada

Votos a favor: 13 - Unanimidade

Votos contra: —

Abstenções: —

Apreciação e aprovação de alteração à Tabela de Taxas e Preços; proposta da Junta de Freguesia

☒ Aprovada ☐ Rejeitada

Votos a favor: 13 - Unanimidade

Votos contra: —

Abstenções: —

Eleição do(a) representante da Freguesia na CPCJ Lisboa Ocidental; proposta da Junta de Freguesia

eleição feita por
votações secretas

☒ Aprovada ☐ Rejeitada

Votos a favor: 13 - Unanidade

Votos contra: —

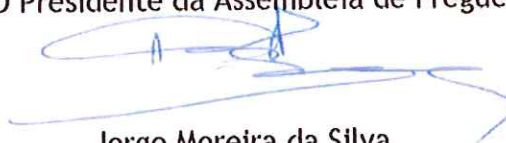
Abstenções: —

Nos termos do n.º 3 do Art. 57.º do supra citado Regime Jurídico das Autarquias Locais eu, Manuel da Câmara Pestana Pedrosa Machado a lavrei

M. P. M. do

Belém, aos 28 de abril de 2015

Pel'O Presidente da Assembleia de Freguesia



Jorge Moreira da Silva



*Aprovado
com 12 votos
a favor*

Moção

SAUDAÇÃO AO 25 DE ABRIL

Quarenta e um anos após o 25 de abril de 1974 e nos quarenta anos das primeiras eleições livres, que elegeram a Assembleia Constituinte, recordamos que a Revolução dos Cravos simboliza um momento determinante na história contemporânea de Portugal.

Festejar o 25 de Abril é celebrar a democracia e a liberdade individual e coletiva, a consagração da cidadania plena e dos direitos fundamentais dos cidadãos e dos trabalhadores, o fim do colonialismo e do regime corporativo que o promoveu.

Após a revolução de Abril, a qualidade de vida da generalidade dos cidadãos melhorou significativamente, apesar das desigualdades injustificáveis que continuam a existir, graças, designadamente, ao desenvolvimento da escola pública, da Segurança Social e do Serviço Nacional de Saúde, marcas de um novo país e de um novo regime.

A taxa de mortalidade infantil é atualmente de 3,4 em 1000 crianças, quando nos anos 70 ascendia aos 55,5 por 1000 nados-vivos.

A taxa de analfabetismo passou de 25,7% para 5,2%.

Os alunos matriculados no ensino secundário passaram de 27 028 para 411 223.

A esperança de vida à nascença no sexo masculino era em 1970 de 64 anos e era de 70,3 para as mulheres. Atualmente a esperança de vida a nascença é de 76,7 para os homens e 82,6 para as mulheres.

O número de médicos passou de 8156 em 1970 para 43863 em 2012 e no mesmo período o de enfermeiros passou de 13797 para 65410.

O número de alojamentos familiares com água canalizada em 1970 era 47,4% e em 2011 passou para 99,4%.

Foi com o 25 de Abril que procurámos abrir caminho a uma nova etapa de desenvolvimento deixando para trás quarenta e oito anos de ditadura.

Existem motivos para considerar que há ainda muito a fazer no sentido de um maior desenvolvimento, de mais emprego, de mais justiça, de maior igualdade de oportunidades, mas nunca poderemos esquecer que Portugal é hoje um país absolutamente diferente, mais livre, mais justo e mais moderno.



Hoje, todos e cada um de nós, temos órgãos autárquicos democraticamente eleitos, como esta Assembleia de Freguesia, e usufruímos da convivialidade democrática e de um Estado de Direito. Habitamos a liberdade, em suma.

No ano em que se comemoram quarenta e um anos da alvorada libertadora do 25 de Abril, o Partido Socialista propõe que a Assembleia de Freguesia de Belém, reunida em 28 de Abril de 2015, delibere:

1. Saudar os "Capitães de Abril" e todos os militares que se empenharam no Movimento das Forças Armadas;
2. Render homenagem a todos e a todas que se bateram durante décadas de opressão pela liberdade, pela cidadania democrática e pelos plenos direitos políticos, sociais e culturais dos cidadãos;
3. Reafirmar o empenhamento em prosseguir, no quadro da Constituição da República e das competências desta Assembleia, na prossecução de uma maior igualdade de oportunidades, de mais emprego e da melhoria das condições de vida dos lisboetas e em particular dos fregueses de Belém.

28 de Abril de 2014

Os eleitos do Partido Socialista na Assembleia de Freguesia de Belém

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE BELÉM

*Aprova
por unanimidade*

SAUDAÇÃO AO 1º DE MAIO

Considerando que no dia 1 de Maio de 1886, nos Estados Unidos, mais concretamente nas ruas de Chicago, se iniciou a luta-Revolta de Haymarket-por uma jornada laboral de oito horas.

Considerando que em 1889, em Paris e por proposta de Raymond Lavigne, o 1º de Maio é escolhido como data de luta pela jornada laboral das oito horas.

Considerando que em 1 de Maio de 1891, em França, ocorre a morte de dez pessoas que se manifestavam pela jornada laboral das oito horas.

Considerando que a França, em 23 de Abril de 1919 e a Rússia, em 1920, escolheram o dia 1º de Maio para comemorar o dia do trabalhador.

Considerando que o dia 1º de Maio é, hoje, reconhecido em todo o mundo como o dia do trabalhador.

Considerando a proximidade desta efeméride-1º de Maio.

Considerando que a Assembleia de Freguesia de Belém é o órgão de libertativo e representativo do povo de Freguesia de Belém.

A Assembleia de Freguesia de Belém, reunida hoje, delibera saudar o 1º de Maio e, por ocasião desta efeméride, todos os trabalhadores da freguesia, do país e do mundo.

Lisboa, 28 de Abril de 2015

Carter

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE BELÉM

Aproximadamente

SAUDAÇÃO AO 25 DE ABRIL

Considerando que no dia 25 de Abril de 1974 se pôs termo ao regime do Estado Novo.

Considerando que no dia 25 de Abril de 1974 se iniciou uma nova etapa da construção da Democracia e da Liberdade em Portugal, plenamente consolidada no dia 25 de Novembro de 1975.

Considerando que no dia 25 de Abril de 1975 ocorreram as primeiras eleições universais e livres em Portugal.

Considerando que o regime saído do 25 Abril de 1974 é o precursor da construção do Poder Local.

Considerando que o Poder Local está consubstanciado nas autarquias locais, nas quais a freguesia tem uma especial importância pela proximidade aos problemas das populações.

Considerando a proximidade da data de 25 de Abril.

Considerando, ainda, que a Assembleia de Freguesia de Belém é o órgão deliberativo e representativo do povo da Freguesia de Belém.

A Assembleia de Freguesia de Belém, reunida hoje, delibera saudar o 25 de Abril e, por ocasião desta efeméride, todos aqueles que, ao longo dos tempos, lutaram e deram a vida pela Liberdade!

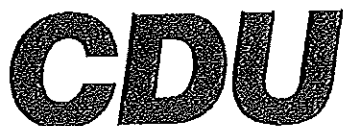
Lisboa, 28 de Abril de 2015

MOÇÃO

Em defesa dos transportes públicos, mudar de política, combater a privatização da Carris, do Metro, da Transtejo e da Soflusa!

Considerando que:

- Os últimos cinco anos se caracterizaram por uma profunda degradação da qualidade e fiabilidade da oferta de transportes públicos na área metropolitana de Lisboa. Que a política para os transportes assumiu como eixo estratégico a criação de condições para privatizar o sector, custasse o que custasse, o que implicou o maior aumento de sempre no preço dos transportes públicos, a maior redução da oferta de sempre e uma ofensiva brutal contra os trabalhadores e reformados das empresas públicas de transporte;
- Neste período se reduziram os salários, se despediram trabalhadores, se congelaram os investimentos e se cortou na manutenção e ao mesmo tempo, se pagaram as apostas especulativas com as designadas swaps (mais de mil milhões de euros de perdas) e se garantiu o pagamento crescente de juros (num total de mais mil milhões de euros nestas quatro empresas), ou seja, a prioridade foi claramente a criação de condições para privatizar e garantir as rendas dos bancos e demais especuladores;
- Se torna evidente a necessidade de mudar de política e inverter as respectivas prioridades, que no caso dos transportes públicos devem ser orientadas para promover a sua crescente utilização – com ganhos ambientais, económicos e sociais amplamente reconhecidos – através de uma política de preços atractiva, da crescente intermodalidade da bilhética, do reforço da fiabilidade e qualidade do serviço, e de uma oferta adequada às necessidades;
- É do interesse geral da sociedade o abandono da obsessão neoliberal de tudo entregar aos interesses do lucro característicos do sector privado, o que como está demonstrado pela realidade, se traduz sempre em custos acrescidos para o Estado, a par de prejuízos diversos para os trabalhadores e utentes;



Coligação Democrática Unitária

- Para permitir essa urgente mudança de políticas é fundamental travar o processo em curso de reestruturação da Carris, do Metro, da Transtejo e da Soflusa, que assenta na privatização da exploração comercial dos transportes públicos e de diversas outras componentes da operação destas empresas.

Assim, no dia 28 de Abril de 2015, a eleita da CDU na Assembleia de Freguesia de Belém propõe que a Assembleia de Freguesia delibere:

- 1 - Exigir do Governo o imediato cancelamento do processo de reestruturação em curso nestas empresas e das privatizações aí incluídas;
- 2 - Exigir que o governo cancele de imediato os concursos para a subconcessão da Carris e do Metro de Lisboa bem como aqueles que prepara para a Transtejo e a Soflusa;
- 3 - Contestar a separação dos Eléctricos, Ascensores e Elevadores do Serviço Público de Transportes, com a intenção de que se destinem estes meios de transporte, em exclusivo ao sector turístico, a sua integração na CarrisTur, o processo anunciado de privatização da CarrisTur, empresa rentável do sector;
- 4 - Contestar a divisão do Metropolitano de Lisboa em três. Infraestrutura, manutenção e exploração comercial, com as duas últimas destinadas à privatização;
- 5 - Contestar a Parceria Público Privada em preparação para a Carris e o Metro, com o sector público a ficar com todas as despesas (juros, investimentos, pagamento de uma renda aos privados) e o sector privado a receber rendas garantidas, ficando ainda com condições para lhe permitir futuros negócios em situação de vantagem;
- 6 - Contestar as implicações para os utentes, incorporadas nos Cadernos de Encargos já conhecidos, pois não só se pretende manter a brutal redução da oferta e o gravoso aumento de preços, como se criam todas as condições para o envelhecimento das frotas, que dessa forma estarão grandemente desgastadas no final do prazo das concessões, passando assim a possibilidade de renovação a ser garantida unicamente através do aumento anual de preços;
- 7 - Contestar o aumento de impostos que viabilizará mais esta PPP, com o governo a querer impor a aplicação de novas taxas e impostos municipais para financiar os pagamentos a realizar aos operadores privados;



Coligação Democrática Unitária

8 - Denunciar o aumento brutal de encargos para o Estado que estas PPP's representariam, pois ao contrário daquilo que o Governo faz crer parecer, as Parcerias Público Privadas para a exploração comercial do Metro de Lisboa e da Carris implicarão para o Estado um volume de compromissos financeiros muito superiores aos que hoje assume;

9 - Considerar lamentável que o Governo tenha ordenado uma campanha publicitária de promoção da marca «Transportes de Lisboa», num momento em que os utentes sofrem as consequências dos cortes impostos pelo mesmo governo nas despesas com manutenção e pessoal das empresas, o que está a provocar supressões e atrasos sucessivos;

Remeter a presente moção para:

- Presidente da República;
- 1º Ministro;
- Ministro da Economia;
- Conselho Metropolitano de Lisboa;
- Comissão Executiva da Área Metropolitana de Lisboa;
- Câmara Municipal de Lisboa;
- Comissões de Trabalhadores das quatro Empresas (Carris, Metro, Transtejo e Soflusa).

Eleita da CDU na Assembleia de Freguesia de Belém

Isabel Lourenço, 28 de Abril de 2015

MOÇÃO

Pela suspensão dos despejos das famílias residentes no Pátio da Quintinha, na Freguesia da Ajuda

Considerando que:

- Os 21 agregados familiares, num total de 46 pessoas, residentes nas casas de função da Guarda Nacional Republicana (GNR) no Pátio da Quintinha, na Ajuda, foram confrontados, desde Dezembro de 2014 com cartas de "Pedido de Desocupação de Moradia", enviado pelo Comando Geral da GNR, com prazos de saída de aproximadamente um mês;
- Até Fevereiro de 2015, 8 dos 21 agregados tinham recebido as "cartas-pedido", tendo uma das famílias desocupado a habitação, por ter expirado o prazo previsto, sob a ameaça de processos disciplinares, no caso de incumprimento do "pedido";
- As razões invocadas para o despejo são o facto de as casas terem sido atribuídas a título precário ao abrigo das Instruções para Atribuição de Casas do Estado (publicadas em DR de 31.12.1956) e a legalidade do despejo assenta no Decreto-Lei nº23465, de 18 de Janeiro de 1934 (artigo 8º);
- Outras tentativas de despejo tinham sido avançadas (1977, 1998 e 2006) e, tal como agora, nunca foram apresentadas outras soluções de realojamento para aqueles agregados, cada vez mais idosos e fragilizados. Ao longo dos anos, foram os moradores que mantiveram e melhoraram as habitações que tinham e algumas delas ainda hoje têm condições muito precárias;



Coligação Democrática Unitária

- Todas as tentativas de desocupação foram goradas. Em 1976/1977 por intervenção directa do então Presidente da República Ramalho Eanes, em 1998 e 2006, pela acção da Junta de Freguesia da Ajuda.

Assim, no dia 28 de Abril de 2015, a eleita da CDU na Assembleia de Freguesia de Belém propõe que a Assembleia de Freguesia delibere:

1. Manifestar a sua solidariedade com as famílias residentes no Pátio da Quintinha, alvos de processos de despejo, e sublinhar o seu direito a uma habitação condigna;
2. Apelar ao Governo que suspenda de imediato o processo de despejo;
3. Apelar à Câmara Municipal de Lisboa que intervenha em defesa dos moradores, advogando uma solução definitiva para estas famílias quer através de realojamento condigno, pelo Estado central, quer através da permanência no Pátio da Quintinha, na Ajuda.
4. Enviar esta Moção à Ministra da Administração Interna, Câmara Municipal de Lisboa, Presidentes da Junta e Assembleia de Freguesia da Ajuda e Comandante Geral da Guarda Nacional Republicana.

Eleita da CDU na Assembleia de Freguesia de Belém

Isabel Lourenço, 28 de Abril de 2015

Contar - 7 PSD + CDS

AB - 5 PS

Favor - CDU

MOÇÃO

Lutar por Abril para uma vida melhor!

Foi com Abril que pela primeira vez na história do País, foram reconhecidos ao povo português o direito universal à saúde gratuita, tornado possível através da criação do SNS – Serviço Nacional de Saúde; o direito de todos os portugueses a uma segurança social que os apoiasse nomeadamente na doença, no desemprego, na velhice e na invalidez, tornado possível por meio da criação de um sistema público, universal e solidário de segurança social; foi consagrado o direito à educação para todos, independentemente das condições sociais e económicas de cada um; foi garantido o direito à fruição e criação cultural, ao acesso à cultura, à prática desportiva; foi consagrado o direito ao trabalho e à habitação, o direito à igualdade entre mulheres e homens, ao salário mínimo nacional, a férias pagas, entre tantos outros.

Considerando:

- Que estes e outros direitos, consagrados na Constituição da República Portuguesa, têm sido alvo do ataque sistemático dos sucessivos governos com vista à sua liquidação;
- Que hoje, já são mais de dois milhões e setecentos mil os portugueses a viver abaixo do limiar da pobreza, e este número continua a crescer ao mesmo tempo que se esvazia o papel da Segurança Social pública na resposta às condições de adversidade no desemprego, na doença, na velhice, na infância, na pobreza extrema;
- Que nos últimos três anos foram lançados na pobreza mais seiscentos mil portugueses, enquanto as grandes fortunas não pararam de crescer;
- Que a sucessão de mortes ocorridas nos últimos meses nas urgências hospitalares é um exemplo dramático da política de estrangulamento financeiro do Serviço Nacional de Saúde e das opções ideológicas do governo que secundariza a vida das pessoas face ao interesse dos grupos económicos e financeiros;



Coligação Democrática Unitária

- Que o ataque à Administração Pública se cifra já no despedimento de mais de 72.000 trabalhadores, no encerramento de centenas de serviços públicos, no corte de salários, no aumento injusto e inaceitável para as 40h;
- Que a ofensiva desferida sobre os trabalhadores se traduz no aumento do desemprego e da precariedade no trabalho, no aumento da emigração e da exclusão social, no desmantelamento do sector produtivo;
- Que a elitização do ensino, o ataque aos estudantes, aos professores e a todos trabalhadores não docentes, têm como objectivo a destruição da escola pública;
- Que o ataque aos reformados e pensionistas por via dos cortes nas reformas e pensões põem em causa de forma desumana e injusta a sobrevivência e a dignidade de quem levou uma vida de trabalho;
- Que o agravamento dos valores das rendas de casa, num quadro de grande fragilidade económica e social, tem tido como consequência o despejo de inúmeras famílias das casas que habitavam;
- Que o Poder Local Democrático é uma importante conquista da Revolução, tem sido alvo de inaceitáveis ataques à sua autonomia e independência, comprometendo a sua legitimidade democrática;
- Que os eleitos no Poder Local, não podem aceitar a continuação da destruição de tudo quanto foi alcançado em Abril.

Assim, no dia 28 de Abril de 2015, a eleita da CDU na Assembleia de Freguesia de Belém propõe que a Assembleia de Freguesia delibere:

1. Saudar o 41º aniversário da Revolução de Abril e apelar à participação massiva dos lisboetas nas iniciativas que terão lugar na cidade;

2. Manifestar a sua oposição às políticas económicas e sociais levadas a cabo pelo governo PSD/CDS, que afundam o país, promovem a desigualdade, a pobreza, a fome e a miséria;

3. Saudar as lutas dos trabalhadores e das populações da cidade em defesa do emprego de qualidade, da habitação, da saúde, da educação e da escola pública, das reformas e pensões, dos salários, do Serviço Nacional de Saúde, dos serviços públicos de transportes - direitos consagrados na Constituição de Abril;

4. Enviar esta Moção para:

Presidente da República

Presidente da Assembleia da República

Grupos Parlamentares da Assembleia da República

Primeiro-ministro

Associação 25 de Abril

Associação Conquistas da Revolução

Eleita da CDU na Assembleia de Freguesia de Belém

Isabel Lourenço, 28 de Abril de 2015